



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, janeiro/2012

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Alexandre Bueno Damado

Bruno de Sousa Simões

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Gregório Diniz

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Karla de Lima Rocha

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 12 (dez. 2011). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em dezembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 2,0 bilhões, contra superávit de R\$ 4,7 bilhões, em novembro. O Tesouro Nacional apresentou déficit de R\$ 3,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central contribuíram com superávits de R\$ 4,9 bilhões e R\$ 224,3 milhões, respectivamente.

Em dezembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 2,0 bilhões.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2010-2011**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	NOV 2011	DEZ 2011	JAN - DEZ 2010 2011	
I. RECEITA TOTAL	79.736,3	100.362,3	919.773,3	990.406,1
I.1. Receitas do Tesouro	58.973,7	64.710,5	705.297,4	741.296,7
I.1.1. Receita Bruta (1)	60.791,5	65.556,4	719.530,9	757.428,7
I.1.1.1. Impostos	27.889,0	32.952,3	296.455,4	355.892,6
I.1.1.2. Contribuições	23.068,8	22.767,6	249.829,5	285.659,5
I.1.1.3. Demais	9.833,7	9.836,5	173.246,1	115.876,7
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	74.807,6	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.817,9	-845,2	-14.134,9	-15.858,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-0,7	-98,6	-273,9
I.2. Receitas da Previdência Social	20.559,0	34.699,2	211.968,4	245.891,9
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	20.139,3	34.176,6	207.154,0	240.535,9
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	419,7	522,6	4.814,4	5.356,0
I.3. Receitas do Banco Central	203,7	952,7	2.507,5	3.217,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.152,4	19.377,7	140.678,3	172.483,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	64.583,9	80.984,6	779.095,0	817.922,8
IV. DESPESA TOTAL	59.873,5	78.971,9	700.322,1	724.403,1
IV.1. Despesas do Tesouro	34.757,5	48.430,2	442.436,2	439.195,9
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	15.303,9	18.847,0	166.486,4	179.277,0
IV.1.2. Custeio e Capital	19.268,4	29.407,8	274.707,8	257.783,1
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.414,0	2.847,5	30.310,7	34.660,0
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	605,5	881,8	8.039,0	10.522,3
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2.112,7	2.121,2	22.234,2	24.904,8
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	42.927,8	0,0
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.136,2	23.557,3	171.196,1	187.696,1
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	10.158,9	14.814,7	124.089,6	140.195,8
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3.977,3	8.742,5	47.106,5	47.500,3
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	185,2	175,4	1.242,0	2.135,7
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	24.775,7	29.813,3	254.858,6	281.438,2
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	18.600,1	24.150,4	198.769,5	220.003,3
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	6.175,6	5.662,9	56.089,1	61.434,9
IV.3. Despesas do Banco Central	340,3	728,4	3.027,4	3.769,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	4.710,4	2.012,7	78.772,9	93.519,7
VI.1. Tesouro Nacional	9.063,7	-3.097,5	122.182,9	129.617,5
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-4.216,7	4.885,9	-42.890,2	-35.546,3
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	1.539,2	10.026,2	8.384,5	20.532,6
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-5.755,9	-5.140,3	-51.274,6	-56.078,8
VI.3. Banco Central (6)	-136,6	224,3	-519,9	-551,6
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,09%	2,26%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN - DEZ %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
Receitas*	24,4%	7,7%
Tesouro*	27,1%	5,1%
Previdência	16,5%	16,0%
Transferências	10,2%	22,6%
Receita Líquida*	27,4%	5,0%
Despesas**	22,4%	3,4%
Benefícios	13,3%	10,4%
Pessoal	9,8%	7,7%
Custeio, Capital e Outros**	43,4%	-6,2%
FAT	10,5%	14,3%
Subsídios	54,9%	30,9%
LOAS/RMV	17,4%	12,0%
Outras	22,3%	9,6%
Custeio	17,2%	13,0%
Capital	38,0%	0,8%
PIB	16,4%	9,7%

*Inclui receita de cessão onerosa de exploração de petróleo;

**Inclui despesa de capitalização da Petrobras

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve aumento de R\$ 4,8 bilhões (7,8%), passando de R\$ 60,8 bilhões, em novembro, para R\$ 65,6 bilhões, em dezembro. Este comportamento decorreu, principalmente, dos seguintes

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	24,40%	23,95%
Transferências	3,73%	4,17%
Receita Líquida	20,67%	19,78%
Despesa Total	18,58%	17,52%
Resultado Primário	2,09%	2,26%

fatores: i) aumento de R\$ 5,8 bilhões na arrecadação do IRRF, em virtude do aumento de R\$ 5,2 bilhões do IRRF-Rendimentos do Capital em função da apuração semestral deste sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa com recolhimento nos meses de junho e dezembro (Lei nº 10.892/04); ii) elevação de R\$ 2,1 bilhões em Receitas de Concessões, referentes ao ingresso de valores decorrentes da licitação da banda H, última faixa de frequência disponível para uso da tecnologia de terceira geração (3G), além de sobras de subfaixas de frequência usadas na prestação do Serviço Móvel Pessoal; iii) aumento da arrecadação da Cota Parte de Compensações Financeiras, superior em R\$ 38,4 milhões à do mês anterior. Por outro lado, houve redução de R\$ 555,5 milhões na arrecadação do IRPJ, de R\$ 432,6 milhões na CSLL e de R\$ 1,6 bilhão na arrecadação de dividendos.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/11	DEZ/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	10.907,7	15.447,4
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	812,5	812,5
Demais	3.432,2	3.117,8
Total	15.152,4	19.377,7

¹ Inclui auxílio financeiro

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 19,4 bilhões em dezembro, representando um aumento de R\$ 4,2 bilhões em relação ao apresentado no mês anterior. Esse comportamento resulta de: i) elevação de R\$ 4,5 bilhões nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros); ii) redução de R\$ 314,4 milhões nas demais transferências, impactada pela redução de R\$ 1,6 bilhão nas transferências de Royalties relativos à Lei nº 9.478/97, parcialmente compensada pela transferência de R\$ 1,3 bilhão relativa ao Fundeb ocorrida em dezembro de acordo com cronograma de repasses em 2011 (Portaria Interministerial nº 477/2011).

As despesas do Tesouro Nacional representaram 10,62% do PIB em 2011 ante 11,74% do PIB em 2010.

Do lado dos dispêndios, verificou-se aumento de R\$ 13,7 bilhões (39,3%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a novembro. Essa evolução decorreu: i) do aumento de R\$ 10,1 bilhões das despesas de custeio e capital, sendo essas compostas pelos aumentos de R\$ 9,4 bilhões em outras despesas de custeio e capital, R\$ 433,5 milhões das despesas do FAT e R\$ 276,3 milhões das despesas com subsídios e subvenções econômicas; e ii) do crescimento de R\$ 3,5 bilhões das despesas com pessoal e encargos sociais.

O acréscimo das despesas do FAT decorre do pagamento do abono salarial que observa o calendário referente ao exercício 2011/2012, regulamentado pela Resolução Codefat nº 668, de 28 de junho de 2011.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	919.773,3	990.406,1
Transferências	140.678,3	172.483,3
Receita Líquida	779.095,0	817.922,8
Despesa Total	700.322,1	724.403,1
Resultado Primário	78.772,9	93.519,7

A elevação das despesas com subsídios e subvenções econômicas reflete o aumento dos subsídios aos programas Fundo da Terra/Incrá (R\$ 165,9 milhões) e Programa Especial de Saneamento de Ativos - Pesa (de R\$ 156,6 milhões).

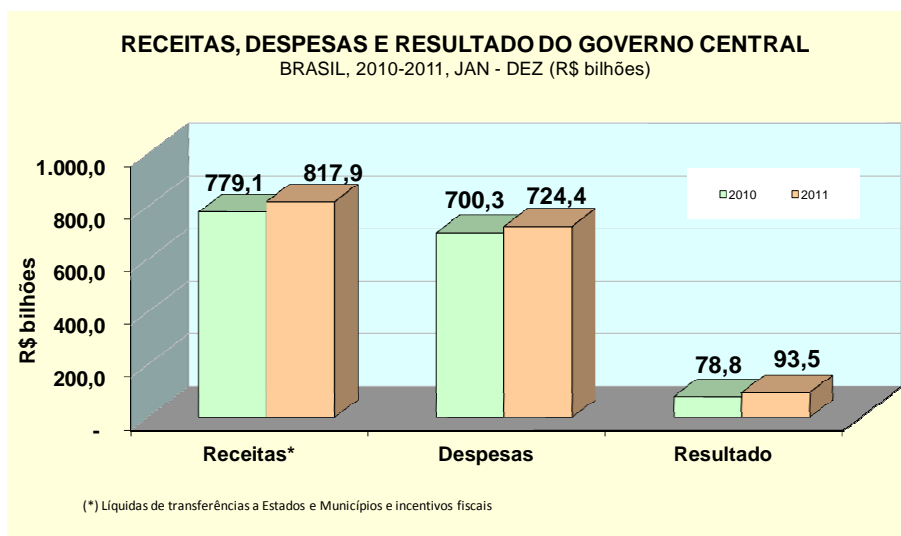
As Outras Despesas de Custeio e Capital foram impactadas pelos aumentos de: i) R\$ 5,5 bilhões nas despesas discricionárias, destacando-se os ministérios da Defesa (R\$ 1,6 bilhão), Saúde (R\$ 1,2 bilhão), Educação (R\$ 610,0 milhões) e Desenvolvimento Social (R\$ 401,3 milhões); e ii) R\$ 3,2 bilhões nas despesas do PAC.

As despesas com pessoal apresentaram crescimento de R\$ 3,5 bilhões frente ao mês de novembro principalmente em função da segunda parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Governo Federal.

A Previdência Social apresentou superávit de R\$ 4,9 bilhões, contra déficit de R\$ 4,2 bilhões apurado em novembro. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 14,1 bilhões em relação ao mês anterior. Os benefícios previdenciários apresentaram um crescimento de R\$ 5,0 bilhões explicado, sobretudo, pelo pagamento em dezembro, da segunda metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal à maioria dos segurados e dependentes da Previdência Social. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 10,0 bilhões no mês, contra R\$ 1,5 bilhão em novembro. A parcela rural apresentou, em dezembro, déficit de R\$ 5,1 bilhões, contra R\$ 5,8 bilhões registrado no mês anterior.

Em 2011, o superávit primário do Governo Central atingiu R\$ 93,5 bilhões frente a um superávit de R\$ 78,8 bilhões, apurado em 2010, registrando-se, portanto, um aumento de R\$ 14,7 bilhões ou 18,7%, na comparação entre os dois anos. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 7,4 bilhões (6,1%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 7,3 bilhões (17,1%) no déficit da Previdência Social.

Em 2011, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 93,5 bilhões, superior em R\$ 14,7 bilhões (18,7%) ao apurado em 2010.



O déficit da Previdência Social reduziu-se em R\$ 7,3 bilhões (17,1%) relativamente ao exercício de 2010, atingindo o equivalente a 0,86% do PIB, frente um déficit equivalente a 1,14% do PIB em 2010.

A receita bruta do Tesouro Nacional, ao longo de 2011, apresentou crescimento de R\$ 37,9 bilhões (6,1%) relativamente ao ano de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 15,0 bilhões, 16,8%) e da CSLL (R\$ 12,2 bilhões, 26,6%) devido ao desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011, bem como, no caso da CSLL, do pagamento de débito em atraso no valor de R\$ 5,8 bilhões e, no caso do IRPJ, também em função do acréscimo da reclassificação por estimativa, no valor de R\$ 2,8 bilhões em relação à 2010; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 18,4 bilhões, 13,2%) e PIS/Pasep (R\$ 1,3 bilhão, 3,2%) devido ao aumento no volume de vendas e ao crescimento da arrecadação da Cofins/PIS incidente sobre importações; iii) aumento da arrecadação

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receitas do Tesouro*	18,71%	17,93%
Transferências	3,73%	4,17%
Despesas do Tesouro	11,74%	10,62%
FSB	0,00%	0,00%
Resultado Primário	3,24%	3,13%

* Líquidas de restituições e incentivos fiscais

de IRRF (R\$ 21,9 bilhões, 21,5%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Capital (R\$ 10,1 bilhões, 41,6%), Rendimentos do Trabalho (R\$ 9,0 bilhões, 15,0%) e Remessas ao Exterior (R\$ 2,1 bilhões, 18,6%); e iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 6,9 bilhões, 17,3%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária.

As demais receitas apresentaram redução de R\$ 57,4 bilhões (33,1%) em relação ao exercício de 2010, em função do ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

Houve elevação de R\$ 31,8 bilhões (22,6%) nas transferências a Estados e Municípios no exercício 2011 em relação a 2010.

No acumulado do exercício de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 31,8 bilhões (22,6%). Essa evolução decorreu: i) do crescimento de R\$ 24,4 bilhões (23,1%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) do incremento de R\$ 4,0 bilhões (74,3%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011. Cumpre destacar que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

As despesas do PAC cresceram R\$ 5,9 bilhões (26,9%) em 2011, em comparação com 2010.

No total apurado de 2011, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram decréscimo de R\$ 3,2 bilhões (0,7%) frente ao apurado em 2010 em função, principalmente, da despesa com operação de Capitalização da Petrobras, no valor de R\$ 42,9 bilhões, ocorrida em setembro de 2010 e sem contrapartida em 2011. Destacam-se também os aumentos de: i) R\$ 12,8 bilhões (7,7%) nas despesas com pessoal e encargos sociais (como percentual do PIB, essa rubrica registrou redução de 0,08 p.p); ii) R\$ 13,8 bilhões (10,7%) nas despesas discricionárias; iii) R\$ 5,9 bilhões (26,9%) nas despesas do PAC; e iv) R\$ 2,7 bilhões (12,0%) nas despesas com LOAS/RMV.

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 7,3 bilhões (17,1%) quando comparado com o exercício de 2010, alcançando R\$ 35,5 bilhões, frente aos R\$ 42,9 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 33,9 bilhões (16,0%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,62%	5,95%
Urbano	5,49%	5,82%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	6,76%	6,81%
Urbano	5,27%	5,32%
Rural	1,49%	1,49%
Res. Primário	-1,14%	-0,86%
Urbano	0,22%	0,50%
Rural	-1,36%	-1,36%

pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 26,6 bilhões (10,4%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 20,5 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 56,1 bilhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 65,6 bilhões em dezembro, contra R\$ 60,8 bilhões verificados em novembro de 2011 (aumento de 7,8%). Este comportamento é explicado pelo aumento de R\$ 5,1 bilhões em impostos.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 33,0 bilhões e as de contribuições R\$ 22,8 bilhões, apresentando em seu conjunto aumento de R\$ 4,8 bilhões (9,3%) em relação aos valores apurados em novembro. Esse resultado reflete, principalmente, o acréscimo de R\$ 5,8 bilhões (56,3%) no IRRF decorrente, sobretudo, da apuração semestral da rubrica IRRF-Rendimentos do Capital sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa com recolhimento nos meses de junho e dezembro (Lei nº 10.892/04).

As demais receitas do Tesouro Nacional mantiveram-se relativamente estáveis, apresentando pequena elevação de R\$ 2,7 milhões, onde o aumento de R\$ 2,1 bilhões na arrecadação de concessões, relativo a pagamentos da licitação da banda H, e de sobras de subfaixas de frequência usadas na prestação do Serviço Móvel Pessoal, foi compensado, principalmente, pela redução de R\$ 1,6 bilhão em dividendos.

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 18,32% no ano de 2011, dos quais 8,61% correspondem à arrecadação de impostos, 6,91% à de contribuições e 2,80% às demais receitas.

Na comparação com o ano de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 37,9 bilhões (5,3%), passando de R\$ 719,5 bilhões para R\$ 757,4 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial. Cumpre destacar também: i) o recolhimento de R\$ 5,8 bilhões de débito em atraso referente à CSLL, em razão de encerramento de questão judicial; ii) a alteração na legislação com o encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis a partir de abril de 2010; e iii) o aumento de R\$ 12,2 bilhões decorrentes da consolidação/antecipação de parcelas, em junho e julho de 2011, de débitos da Lei nº 11.941/2009.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou aumento de 7,8% relativamente ao mês anterior.

RECETA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/11	DEZ/11
Impostos	27.889,0	32.952,3
Imposto de Renda	18.328,5	23.394,5
IPI	4.138,5	4.036,1
Outros	5.422,0	5.551,7
Contribuições	23.068,8	22.767,6
Cofins	13.729,9	13.856,2
CPMF	23,5	17,3
CSLL	3.585,0	3.152,4
Cide - Combustíveis	636,6	426,1
Outras	5.093,7	5.315,7
Demais	9.833,7	9.836,5
Cota parte	1.552,0	1.590,4
Diretamente Arrecadada	3.013,5	2.759,5
Dividendos da União	2.100,7	532,7
Concessões	17,8	2.088,1
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-
Outras	3.149,8	2.865,8
Total Bruto	60.791,5	65.556,4

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

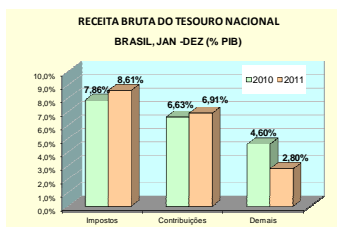
Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado de janeiro a dezembro de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia, além do efeito decorrente de recolhimento de débito em atraso por questão judicial e as alterações na legislação.

- a) crescimento de R\$ 15,0 bilhões (16,8%) no IRPJ e de R\$ 12,2 bilhões (26,6%) na CSLL, explicado por: i) desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011, em relação aos mesmos períodos de 2009 e 2010; ii) pagamento de débito em atraso da CSLL, no valor de R\$ 5,8 bilhões; e iii) crescimento no IRPJ, em função de reclassificação por estimativa, no valor de R\$ 2,8 bilhões em relação à 2010.
- b) crescimento de R\$ 21,9 bilhões (21,5%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 9,0 bilhões (15,0%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 15,60% da massa salarial habitual nos meses de dezembro de 2010 a novembro de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao aumento de R\$ 10,1 bilhões (41,6%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro a dezembro de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento de 42,33% em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento de 60,68% no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 2,1 bilhões (18,6%) de IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens “rendimentos do trabalho” e “juros sobre capital próprio” de residentes no exterior.
- c) incremento de R\$ 18,4 bilhões (13,2%) na Cofins e de R\$ 1,3 bilhão (3,2%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo: i) ao crescimento de 7,6% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a novembro de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao acréscimo da Cofins/PIS incidente sobre as importações, entidades financeiras e recolhimentos do comércio em geral.
- d) incremento de R\$ 6,9 bilhões (17,3%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da elevação de 25,45% no valor em dólar das importações tributadas e de 6,94% na alíquota média efetiva do imposto; bem como da redução de 4,81% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido a maiores crescimentos observados em fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; comércio atacadista, entre outros; além do término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos; bem como no aumento de R\$ 634 milhões no montante classificado por estimativa.
- e) crescimento de R\$ 5,2 bilhões (19,6%) na arrecadação de IOF, devido a alterações nas alíquotas desse imposto nas operações de crédito da pessoa física e de câmbio, bem como crescimento no volume de operações de crédito.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2010	2011
Impostos	7,86%	8,61%
Imposto de Renda	5,52%	6,04%
IPI	1,06%	1,13%
Outros	1,28%	1,43%
Contribuições	6,63%	6,91%
Cofins	3,71%	3,82%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	1,22%	1,41%
Cide - Combustíveis	0,21%	0,22%
Outras	1,49%	1,46%
Demais	4,60%	2,80%
Cota parte	0,65%	0,72%
Diretamente Arrecadada	0,73%	0,80%
Dividendos da União	0,59%	0,48%
Concessões	0,03%	0,10%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	1,98%	0,00%
Outras	0,61%	0,71%
Total Bruto	19,09%	18,32%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



Em função do ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011. As demais receitas apresentaram redução de R\$ 57,4 bilhões. Excluído esse efeito, tais receitas cresceram R\$ 17,4 bilhões.

Destacam-se as seguintes variações nos itens que compõem as demais receitas do Tesouro Nacional: i) aumento de R\$ 5,6 bilhões (20,4%) nas receitas diretamente arrecadadas; ii) crescimento de R\$ 5,5 bilhões (43,4%) em outras receitas, como consequência, principalmente, do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e da antecipação de recolhimentos de parcelas utilizando-se dos benefícios do inciso I do § 3º do art. 1º da referida lei (redução nos montantes de multas e juros); iii) aumento de R\$ 5,2 bilhões (21,1%) em cota parte de compensações, em função do aumento do preço internacional do petróleo; e iv) incremento de R\$ 2,8 bilhões (240,0%) em concessões, em função, de receitas nos meses de maio e dezembro de 2011, referentes à outorga de serviços de telecomunicações, principalmente os montantes de R\$ 843,3 milhões, referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B), e R\$ 2,1 bilhões, referentes ao ingresso de valores decorrente da licitação da banda H, última faixa de frequência disponível para uso da tecnologia de terceira geração (3G), além de sobras de subfaixas de frequência usadas na prestação do Serviço Móvel Pessoal.

Em dezembro de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 19,4 bilhões, apresentando crescimento de R\$ 4,2 bilhões (27,9%). Esse comportamento resulta de: i) incremento de R\$ 4,5 bilhões nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros) e de R\$ 1,3 bilhão relativo à Fundef/Fundeb, de acordo com cronograma de repasses estabelecidos pela Portaria Interministerial nº 477/2011; e iii) redução de R\$ 1,6 bilhão nas transferências de Royalties relativos à Lei nº 9.478/97.

No período de janeiro a dezembro de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 31,8 bilhões (22,6%), elevando-se de R\$ 140,7 bilhões no acumulado de 2010 para R\$ 172,5 bilhões no ano de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 24,4 bilhões (23,1%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R\$ 4,0 bilhões (74,3%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011.

Destaque-se que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO		
BRASIL, JAN - DEZ (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2010	2011
Petrobras	3.222,1	3.321,3
Banco do Brasil	3.277,9	2.621,0
CEF	3.940,0	3.679,6
BNDES	10.125,3	6.904,7
Eletrobrás	657,7	500,6
ECT	57,8	1.743,0
IRB	114,8	141,0
Serpro	-	40,1
BASA	71,0	65,9
FND	66,0	-
BNB	299,2	240,4
Demais	582,6	704,8
Total	22.414,5	19.962,4

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/11	DEZ/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	10.907,7	15.447,4
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	812,5	812,5
Demais	3.432,2	3.117,8
Total	15.152,4	19.377,7

¹Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Nov	Dez
Terceiro Decêndio	15.142,1	12.553,0
Primeiro Decêndio	2.465,2	7.653,3
Segundo Decêndio	6.218,1	7.482,9
Total	23.825,4	27.689,3

Inclui valores transferidos relativos a classificação de IR, e IPI por estimativa

Houve elevação de R\$ 31,8 bilhões (22,6%) nas transferências a Estados e Municípios em 2011 em relação à 2010.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, JAN - DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outros)	105.744,4	130.171,8
CIDE - Combustíveis	1.775,7	2.109,7
Lei Comp. nº 115/20021	3.900,0	3.900,0
Demais	29.258,2	36.301,8
Total	140.678,3	172.483,3

¹Inclui auxílio financeiro

pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/11	DEZ/11
Pessoal e Encargos	15.303,9	18.847,0
Custeio e Capital	19.268,4	29.407,8
Despesas do FAT	2.414,0	2.847,5
Subsídios e Subvenções ¹	605,5	881,8
LOAS/RMV	2.112,7	2.121,2
Outras	14.136,2	23.557,3
Transferência ao Bacen	185,2	175,4

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/11	DEZ/11
Precatórios e Sentenças	40,9	35,4
Legislativo	101,3	122,4
Judiciário	466,1	679,2
Crédito Extraordinário ¹	142,9	467,1
PAC ²	2.014,3	5.193,0
Outras ³	171,4	407,3
Discricionárias	11.199,4	16.653,0
d/q Min. da Saúde	4.865,9	6.054,6
Min. do Des. Social	1.808,7	2.210,0
Min. da Educação	2.003,3	2.613,3
Min. da Defesa	1.203,2	2.801,4
Min. da Ciência e Tec.	290,3	498,6
Min. do Des. Agrário	102,2	462,4
Min. da Justiça	221,3	425,3
Min. da Previdência	122,9	319,9
Min. dos Transportes	79,8	151,1
Min. das Cidades	156,4	208,9
Demais	345,5	907,5
Total	14.136,2	23.557,3

¹ Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹		
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/11	DEZ/11
Agricultura	85,6	321,1
Custeio Agropecuário	9,0	9,2
Investimento Rural	0,1	0,1
Preços Agrícolas	-20,9	-110,5
- EGF	0,2	0,2
- AGF	-21,1	-31,7
- Sustent. de preços	0,0	-79,0
Pronaf	0,3	-2,9
Pesa	49,3	206,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	42,6	208,5
FUNCAFÉ	5,1	10,9
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	13,3	40,5
PSI	0,0	0,0
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	0,0	0,0
Exportação (Proex)	-2,5	23,5
Itaipu ²	15,8	17,0
Total	98,9	361,7

¹ Não inclui reordenamento de passivos, despesas com subvenção aos fundos regionais

² Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011

Em dezembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 48,4 bilhões, contra R\$ 34,8 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de R\$ 13,7 bilhões (39,3%).

No grupo de despesas com custeio e capital registrou-se um aumento de R\$ 10,1 bilhões. As principais variações nesse grupo foram: i) nas outras despesas de custeio e capital (aumento de R\$ 9,4 bilhões); e ii) nas despesas do FAT (aumento de R\$ 433,5 milhões); iii) nas despesas com subsídios e subvenções econômicas (crescimento de R\$ 276,3 milhões).

Em relação às outras despesas de custeio e capital, o crescimento de R\$ 9,4 bilhões decorreu, em grande parte, do aumento de R\$ 5,5 bilhões das despesas discricionárias e de R\$ 3,2 bilhões nas despesas do PAC. O crescimento das despesas discricionárias foi mais destacado nos ministérios da Defesa (R\$ 1,6 bilhão), da Saúde (R\$ 1,2 bilhão), da Educação (R\$ 610,0 milhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 401,3 milhões).

As despesas do FAT totalizaram R\$ 2,8 bilhões em dezembro, contra R\$ 2,4 bilhões em novembro. Neste item, o pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2011/2012, regulamentado pela Resolução Codfat nº 668/2011.

No que tange às despesas com subsídios e subvenções, o crescimento dos R\$ 605,5 milhões registrados em novembro para os R\$ 881,8 milhões de dezembro deveu-se, principalmente, aos aumentos dos subsídios aos programas Fundo da Terra/Incra (R\$ 165,9 milhões) e ao Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (de R\$ 156,6 milhões).

As despesas de pessoal e encargos sociais passaram de R\$ 15,3 bilhões no mês de novembro para R\$ 18,8 bilhões em dezembro (variação de R\$ 3,5 bilhões, 23,2%), em função da segunda parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Governo Federal.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,62% do PIB, contra 11,74% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se decréscimo de R\$ 3,2 bilhões (0,7%) em relação a 2010, decorrente da redução de R\$ 16,9 bilhões (6,2%) nas Despesas de Custeio e Capital. Este item foi impactado pela despesa de R\$ 42,9 bilhões referente à capitalização da Petrobrás realizada em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

Como proporção do PIB, as despesas com Custeio e Capital passaram de 7,29% para 6,23% do PIB (decréscimo de 1,05 p.p.), explicados por: i) decréscimo de 1,14 p.p. na rubrica Capitalização da Petrobras; ii) aumento em 0,04 p.p. nas despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas; iii) crescimento de 0,03 p.p. nas despesas do FAT e iv) crescimento de 0,01 p.p. nas despesas com LOAS/RMV.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,08 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,42% em 2010, para 4,34% em 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 12,8 bilhões. Destaca-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 5,6 bilhões em 2011, contra desembolso de R\$ 4,6 bilhões no mesmo período de 2010.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 10,5 bilhões em 2011 contra R\$ 8,0 bilhões no mesmo período de 2010 em decorrência das variações positivas de R\$ 2,0 bilhões nas Operações Oficiais de Crédito e de R\$ 524,3 milhões nas Subvenções aos Fundos Regionais. No que se refere às operações oficiais de crédito, o crescimento decorreu, principalmente, do incremento do programa de fortalecimento da agricultura Familiar - Pronaf (R\$ 2,3 bilhões), do Proex (R\$ 430,5 milhões), do Programa de Sustentação de Investimentos – PSI (R\$ 429,0 milhões) e do Custeio Agropecuário (R\$ 428,5 milhões). Por outro lado, diminuíram as despesas com as Aquisições do Governo Federal - AGF (R\$ 1,6 bilhão), e com o Programa de Sustentação de Preços (R\$ 529,6 milhões).

Os gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,7 bilhões (12,0%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada: i) pelos reajustes no salário mínimo em 2011, de 5,9% no mês de janeiro (MP nº 516/2010) e de 0,9% no mês de março (Lei nº 12.382/2011); e ii) pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 6,7% no período de janeiro a dezembro de 2011 relativamente a igual período de 2010 (média contra média).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 3,2 bilhões no exercício de 2011 frente a 2010, sendo influenciadas pelos R\$ 42,9 bilhões relativos à capitalização da Petrobras gastos em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	11,74%	10,62%
Pessoal e Encargos	4,42%	4,34%
Custeio e Capital	7,29%	6,23%
Despesas do FAT	0,80%	0,84%
Subsídios e Subvenções ¹	0,21%	0,25%
Capitalização da Petrobras	1,14%	0,00%
Outras	4,54%	4,54%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,05%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,08 p.p em relação ao PIB no acumulado de 2011 relativamente a 2010.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹ OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN - DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Agricultura	4.387,4	5.345,9
Custeio Agropecuário	488,8	917,4
Investimento Rural	-0,3	23,6
Preços Agrícolas	2.563,3	465,2
- EGF	88,7	76,7
- Sustain. de preços	1.359,0	829,4
Pronaf	55,7	2.312,5
Pesa	458,4	829,5
Cacau	0,0	0,1
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	738,7	706,3
FUNCAFÉ	82,7	65,6
Revitaliza	0,0	25,7
Outros	-128,3	853,0
PSI	0,0	429,0
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-23,3	0,0
Exportação (Proex)	-105,0	325,5
Itaipu ²	0,0	98,5
Total	4.259,1	6.198,8

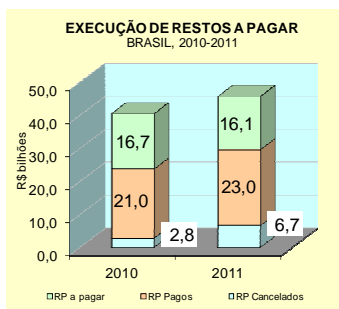
¹ Não inclui reordenamento de passivos, despesas com subvenção aos fundos regionais e subvenção à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu.
² Referência à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 128/2011

Em 2011, os gastos com o Programa de Aceleração de Crescimento - PAC aumentaram R\$ 5,9 bilhões (incremento de 26,9%) em relação ao exercício de 2010.

Os investimentos totais atingiram o montante de R\$ 47,5 bilhões, apresentando crescimento de 0,8% em relação ao exercício de 2010.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN - DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Precatórios e Sentenças	2.362,9	2.594,5
Legislativo	1.194,0	1.244,6
Judiciário	5.470,8	5.757,3
Crédito Extraordinário ¹	8.599,6	5.036,8
PAC ²	22.082,0	28.022,5
Outras ³	2.859,3	2.622,9
Discricionárias	128.627,6	142.417,4
d/q Min. da Saúde	51.744,5	57.411,9
Min. do Des. Social	16.565,4	20.322,0
Min. da Educação	18.829,9	22.316,8
Min. da Defesa	12.882,1	14.335,8
Min. da Ciência e Tec.	4.445,9	4.274,9
Min. do Des. Agrário	2.191,2	2.179,9
Min. da Justiça	2.938,7	2.843,8
Min. da Previdência	2.121,8	2.037,8
Min. dos Transportes	1.078,7	1.064,4
Min. das Cidades	1.264,8	1.157,1
Demais	14.564,6	14.472,9
Total	171.196,1	187.696,1

¹ Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.



Previdência Social

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2011						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
dez/01	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
dez/02	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
dez/03	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
dez/04	1.898.903	16%	821.288	31%	1.077.615	7%
dez/05	2.173.634	14%	1.002.778	22%	1.170.856	9%
dez/06	2.443.626	12%	1.186.515	18%	1.257.111	7%
dez/07	2.575.467	5%	1.239.649	4%	1.335.818	6%
dez/08	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
dez/09	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
dez/10	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
dez/11	3.506.564	6,6%	1.658.459	5%	1.848.104	8%

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 16,5 bilhões (9,6%) em 2011, em relação ao exercício anterior, destacando-se as despesas discricionárias, com aumento de R\$ 13,8 bilhões (10,7%), e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 5,9 bilhões (26,9%). Por outro lado, registraram redução no período as despesas com créditos extraordinários (R\$ 3,6 bilhões, 41,4%) e os Fundos de Desenvolvimento - ADA/ADENE (R\$ 735,3 milhões, 45,0%). Responderam pelo crescimento das despesas discricionárias principalmente os Ministérios da Saúde (R\$ 5,7 bilhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 3,8 bilhões), da Educação (R\$ 3,5 bilhões) e da Defesa (R\$ 1,5 bilhão). Os investimentos totais (Tabela A9) atingiram o montante de R\$ 47,5 bilhões, apresentando crescimento de 0,8% em relação ao mesmo período de 2010.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até dezembro de 2011, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 23,0 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 5,4 bilhões), da Saúde (R\$ 3,8 bilhões), da Defesa (R\$ 3,8 bilhões), da Ciência e Tecnologia (R\$ 1,3 bilhão) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (R\$ 1,2 bilhão).

Em dezembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou superávit de R\$ 4,9 bilhões, contra um déficit de R\$ 4,2 bilhões em novembro. Em relação ao ano anterior, o déficit previdenciário reduziu-se em R\$ 7,3 bilhões,

passando de R\$ 42,9 bilhões de janeiro a dezembro de 2010, para R\$ 35,5 bilhões no mesmo período de 2011.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	NOV	DEZ	JAN - DEZ	
	2011	2011	2010	2011
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	20.559,0	34.699,2	211.968,4	245.891,9
Arrecadação Bruta	22.701,4	37.050,9	234.252,0	272.458,2
- Contribuição Previdenciária	20.348,2	34.520,5	212.557,5	245.646,9
- Simples	2.131,8	2.273,3	19.032,8	24.051,7
- CFT	35,6	48,1	547,0	417,1
- Depósitos Judiciais	177,1	198,8	1.985,5	2.222,8
- Refis	8,7	10,2	129,3	119,7
(-) Restituição/Devolução	-42,8	-165,9	-739,4	-1.052,4
(-) Transferências a Terceiros	-2.099,6	-2.185,9	-21.544,2	-25.513,9
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	24.775,7	29.813,3	254.858,6	281.438,2
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-4.216,7	4.885,9	-42.890,2	-35.546,3
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,14%	-0,86%

Em dezembro, a Previdência Social registrou superávit de R\$ 4,9 bilhões, contra déficit de R\$ 4,2 bilhões em novembro. No período de janeiro a dezembro de 2011, o déficit do RGPS situou-se em 0,86% do PIB, frente a um déficit equivalente a 1,14% do PIB registrado em igual período de 2010.

No mês, a arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 34,7 bilhões, apresentando aumento de R\$ 14,1 bilhões (68,8%) frente aos ingressos líquidos de novembro. Esse crescimento é resultado, principalmente, da arrecadação das contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário pago aos trabalhadores em dezembro. Comparativamente ao acumulado de janeiro a dezembro de 2010, a arrecadação líquida em 2011 aumentou R\$ 33,9 bilhões (16,0%). Contribuiu para esse comportamento o crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e novembro de 2011 foi 15,6% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

As despesas com benefícios, em dezembro, totalizaram R\$ 29,8 bilhões, apresentando um aumento de R\$ 5,0 bilhões (20,3%) em relação a novembro. Essa elevação se explica, sobretudo pelo pagamento, em dezembro, da segunda metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal à maioria dos segurados e dependentes da Previdência Social.

Comparativamente ao acumulado no período de janeiro a dezembro de 2010, o aumento das despesas foi de R\$ 26,6 bilhões (10,4%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 50,55 (6,5%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 892,7 mil (3,7%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN - DEZ (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	211.968,4	245.891,9	16,0%
Urbano	207.154,0	240.535,9	16,1%
Rural	4.814,4	5.356,0	11,2%
Benefícios	254.858,6	281.438,2	10,4%
Urbano	198.769,5	220.003,3	10,7%
Rural	56.089,1	61.434,9	9,5%
Res. Primário	-42.890,2	-35.546,3	-17,1%
Urbano	8.384,5	20.532,6	144,9%
Rural	-51.274,6	-56.078,8	9,4%

No estoque de benefícios de 2011, comparado a 2010, destacam-se os aumentos de 541,8 mil aposentadorias (3,5%), 169,3 mil pensões por morte (2,5%) e 164,6 mil benefícios de auxílio-doença (13,1%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-DEZ			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,9	24,8	3,7%
Valor médio RGPS**	777,9	828,4	6,5%

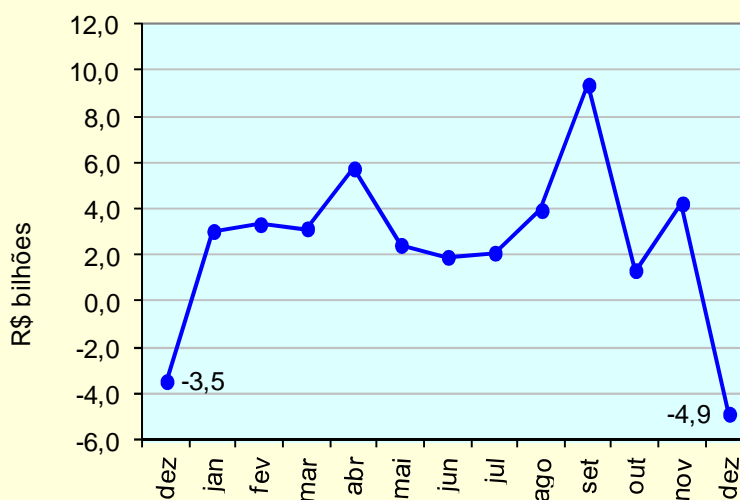
(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

	Em mil benefícios			
	NOV 2011	DEZ 2011	JAN -DEZ 2010	JAN -DEZ 2011
Benefícios do RGPS	25.140	25.176	23.915	24.807
Previdenciários	24.302	24.342	23.114	23.977
Aposentadorias	16.095	16.139	15.344	15.879
Idade	8.431	8.457	8.013	8.311
Invalidez	3.006	3.010	2.930	2.983
Tempo de contribuição	4.659	4.673	4.401	4.584
Pensão por morte	6.782	6.797	6.545	6.716
Auxílio-Doença	1.279	1.263	1.097	1.241
Salário - maternidade	78	74	72	77
Outros	68	68	56	64
Acidentários	838	835	800	830
Aposentadorias	173	174	163	170
Pensão por morte	124	124	126	125
Auxílio - doença	183	179	160	180
Auxílio - acidente	288	289	278	285
Auxílio - suplementar	69	69	73	70

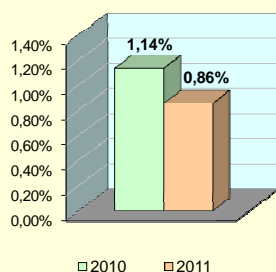
Em 2011 o déficit do RGPS reduziu 0,28 p.p. do PIB, passando de 1,14% em 2010 para 0,86% este ano.

Como proporção do PIB, em relação ao período entre janeiro e dezembro de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,32 p.p. e aumento dos gastos com benefícios previdenciários em 0,05 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,14% para 0,86% do PIB, ou seja, 0,28 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010/2011



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 925,9 bilhões em dezembro, o equivalente a 22,4% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve redução de R\$ 4,9 bilhões, em termos nominais, consequência do acréscimo de R\$ 2,4 bilhões na Dívida Externa Líquida e da redução de R\$ 7,3 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida. Em proporção ao PIB, a DLTN reduziu 0,2 p.p. em relação ao mês anterior.

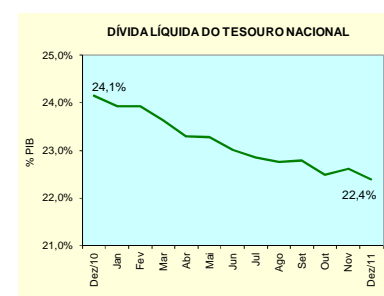
Em dezembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 925,9 bilhões, o equivalente a 22,4% do PIB, reduzindo-se em 1,8 p.p do PIB em relação a dezembro de 2010.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010	2011	
	DEZ	NOV	DEZ
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	820.499	850.345	843.046
I.1. Dívida Interna	2.297.926	2.485.834	2.517.419
I.2. Haveres Internos	1.477.427	1.635.490	1.674.373
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	89.790	80.520	82.878
II.1. Dívida Externa	90.097	80.925	83.293
II.2. Haveres Externos	307	405	415
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	910.289	930.865	925.924
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	24,1%	22,6%	22,4%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 1,8 p.p, passando de 24,1% em dezembro de 2010, para 22,4% em dezembro de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 15,6 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 22,5 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida e da redução R\$ 6,9 bilhões no estoque da Dívida Externa Líquida.

No mês de dezembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 843,0 bilhões, o equivalente a 20,4% do PIB. A variação de R\$ 7,3 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pelo aumento de R\$ 31,6 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado pelo aumento dos haveres internos no valor de R\$ 38,9 bilhões.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 1,4 p.p., passando de 21,8% para 20,4%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 820,5 bilhões, em dezembro de 2010, para R\$ 843,0 bilhões, em dezembro de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 219,5 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R\$ 196,9 bilhões nos haveres internos.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida diminuiu 1,4 p.p. do PIB em comparação a dezembro de 2010.

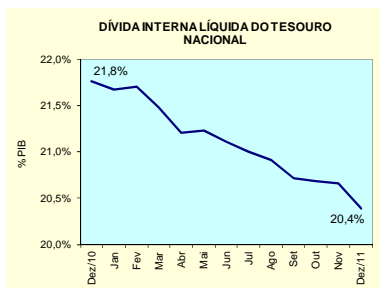


TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 DEZ	2011 NOV	2011 DEZ
I. DÍVIDA INTERNA	2.297.926	2.485.834	2.517.419
I.1. Dívida Mobiliária	2.283.877	2.475.064	2.507.649
DPMFi em Poder do Público ¹	1.603.940	1.752.613	1.783.061
DPMFi em Poder do Banco Central	703.203	749.061	751.837
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(23.266)	(26.611)	(27.249)
I.2. Demais Obrigações Internas	14.050	10.771	9.770
II. HAVERES INTERNOS	1.477.427	1.635.490	1.674.373
II.1. Disponibilidades Internas	405.214	474.836	486.396
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	471.705	486.818	486.571
II.3. Haveres da Administração Indireta	235.063	258.180	264.763
II.4. Haveres Administrados pela STN	365.445	415.657	436.643
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	820.499	850.345	843.046
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,8%	20,7%	20,4%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Título	R\$ bilhões		
	2010		2011
	DEZ	NOV	DEZ
Em Poder do Público	1.603,9	1.752,6	1.783,1
LFT	521,7	564,7	548,7
LTN	354,7	381,0	402,4
NTN-B	374,1	443,6	453,5
NTN-C	64,7	62,1	62,4
NTN-F	253,6	266,9	280,3
Demais ¹	35,2	34,2	35,8
Aplic. em Tit. Púb.	(23,3)	(26,6)	(27,2)
Na carteira do BCB	703,2	749,1	751,8
Total	2.283,9	2.475,1	2.507,6
% PIB	60,6%	60,1%	60,7%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Em dezembro, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, comparativamente ao mês anterior, cresceu R\$ 32,6 bilhões em termos nominais e 0,5 p.p. em proporção do PIB. Essa variação da DPMFi pode ser explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 25,2 bilhões e pela emissão líquida de R\$ 8,0 bilhões no período. Em relação a dezembro do ano anterior, houve aumento de R\$ 223,8 bilhões em termos nominais, o que representa, em proporção do PIB, aumento de 0,1 p.p., passando de 60,6% em 2010, para 60,7% em 2011.

Na carteira de títulos em poder do público, houve aumento no mês de R\$ 30,4 bilhões, que está associado a emissões líquidas de R\$ 13,0 bilhões e apropriação de juros no total de R\$ 17,5 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve aumento de R\$ 2,8 bilhões, devido ao resgate líquido de R\$ 5,0 bilhões e apropriação de juros no valor de R\$ 7,7 bilhões.

Quanto à composição da carteira em poder do público, comparada com a do mês anterior, houve aumento no estoque de LTN de R\$ 21,4 bilhões, de NTN-F de R\$ 13,3 bilhões e de NTN-B de R\$ 9,9 bilhões e redução de LFT no valor de R\$ 16,1 bilhões.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, DEZ/2011

Título	Saldo Nov/11	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Dez/11
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.752,6	38,4	(25,4)	17,5	1.783,1
LFT	564,7	0,8	-21,8	5,0	548,7
LTN	381,0	17,6	(0,0)	3,8	402,4
NTN-B	443,6	5,9	(0,9)	4,9	453,5
NTN-C	62,1	0,0	(0,2)	0,5	62,4
NTN-F	266,9	12,6	(1,9)	2,7	280,3
Demais ¹⁴	34,2	1,5	(0,6)	0,6	35,8
Na carteira do BCB	749,1	25,1	(30,0)	7,7	751,8
Total	2.501,7	63,4	(55,4)	25,2	2.534,9

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 38,9 bilhões em relação ao mês anterior. Esse comportamento reflete o aumento de R\$ 21,0 bilhões nos haveres administrados pela STN, o crescimento de R\$ 11,6 bilhões nas disponibilidades internas, o aumento de R\$ 6,6 bilhões nos haveres da administração indireta e a redução de R\$ 246,3 milhões nos haveres junto aos governos regionais.

Em relação aos haveres administrados pela STN, houve aumento de R\$ 18,3 bilhões nos haveres de legislação específica e de R\$ 2,6 bilhões nos haveres de operações estruturadas. Nos haveres de legislação específica, a principal razão para a variação foi o novo contrato firmado entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de R\$ 15,0 bilhões, nos termos da Lei nº 12.453/2011. Quanto aos haveres de operações estruturadas, a variação se deve em grande medida à elevação de 91,81% do saldo do Contrato Eletrobrás – Parcela Diferencial de Reajuste – em virtude de novo fluxo futuro de recebimentos decorrentes da Portaria Interministerial nº 509, de 9 de novembro de 2011.

Quanto aos haveres da administração indireta, o aumento de R\$ 6,6 bilhões deve-se ao acréscimo de R\$ 4,0 bilhões nos haveres do FAT e de R\$ 1,9 bilhão no saldo dos Fundos Diversos.

Quanto à evolução dos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram verificadas no saldo de dívidas renegociadas junto aos governos regionais amparadas pela Lei nº 8.727/1993, com redução de R\$ 2,4 bilhões, e aumento total de R\$ 2,0 bilhões nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001.

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA**

BRASIL, 2010/2011

R\$ bilhões

Entidade	2010		2011
	DEZ	NOV	DEZ
FAT	147,7	154,5	158,5
Fundos Regionais	58,0	65,4	66,1
Demais	29,4	38,3	40,2
Total	235,1	258,2	264,8

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS

BRASIL, 2010/2011

R\$ bilhões

Discriminação	2010		2011
	DEZ	NOV	DEZ
Lei 9.496/97	350,1	367,7	369,4
MP 2.185/01	55,8	59,0	59,3
Lei 8.727/93	33,9	29,4	27,0
Antecipação de Royalties	10,4	9,1	9,1
Bônus Renegociados	5,2	5,4	5,5
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0
Demais Haveres	16,3	16,4	16,4
Total	471,7	486,8	486,6
% PIB	12,5%	11,8%	11,8%

Dívida Externa Líquida

Em dezembro de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 82,9 bilhões, equivalentes a 2,0% do PIB, valor inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior, em 0,4 p.p. do PIB.

Em dezembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 82,9 bilhões contra R\$ 80,5 bilhões em novembro, o que representa aumento nominal de R\$ 2,4 bilhões. Essa variação reflete a variação cambial positiva de R\$ 2,2 bilhões, o resgate líquido de R\$ 220,2 milhões e a apropriação de juros no valor de R\$ 362,0 milhões.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 DEZ	2011 NOV	2011 DEZ
I. DÍVIDA EXTERNA	90.097	80.925	83.293
I.1. Dívida Mobiliária	69.394	69.384	71.723
Euro	6.634	4.198	4.215
Global US\$	50.355	53.154	55.363
Global BRL	12.247	11.918	12.027
Demais	158	114	118
I.2. Dívida Contratual	20.703	11.542	11.570
Organismos Internacionais	16.870	6.726	6.913
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.833	4.815	4.657
II. HAVERES EXTERNOS	307	405	415
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	307	405	415
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	89.790	80.520	82.878
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	2,4%	2,0%	2,0%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 6,9 bilhões, passando de R\$ 89,8 bilhões, em dezembro de 2010, para R\$ 82,9 bilhões, em dezembro de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,4 p.p.

TABELA 8
VARIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, Dez/2011

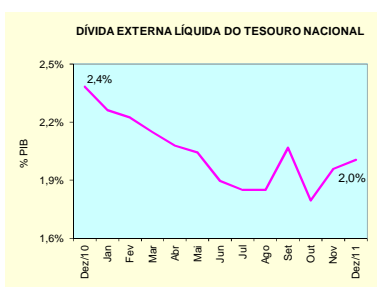
Discriminação	Estoque Nov/11	Fatores de Variação				Estoque Dez/11
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	69.384	0	(69)	512	1.896	71.723
Global US\$	53.154	0	(69)	373	1.905	55.363
Euro	4.198	0	0	29	(13)	4.215
Global BRL	11.918	0	0	109	0	12.027
Demais	114	0	0	1	4	118
Dívida Contratual	11.542	288	(439)	(150)	329	11.570
Org. Internacionais	6.726	288	(118)	(224)	240	6.913
Bancos Priv./Ag. Gov.	4.815	0	(321)	74	89	4.657
Total	80.925	288,1	(508,3)	362,0	2.225,6	83.293

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 86,1% (R\$ 71,7 bilhões) e a dívida contratual representa 13,9% (R\$ 11,6 bilhões).



Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Dezembro 2011/2010

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Dez/2010	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2011
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	108.491,5	60.929,8	85.174,8	73.611,2	80.508,6	87.599,8	77.869,6	82.379,2	92.358,6	77.614,4	78.793,0	93.472,8	113.794,7
I.1 - Recolhimento Bruto	73.589,0	40.091,4	64.761,8	52.142,6	58.106,1	63.938,5	55.178,7	60.919,4	67.978,0	53.431,3	54.411,6	71.615,5	73.165,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.774,2	1.781,3	1.787,0	1.810,0	1.388,6	2.284,2	1.837,6	1.297,9	2.476,9	1.872,5	1.950,4	1.154,7	3.216,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	319,2	240,9	499,9	478,3	185,7	291,8	152,5	170,9	115,0	142,0	178,3	164,2	170,1
I.5 - Receita do Salário Educação	1.041,8	1.881,1	1.099,6	1.083,7	1.067,4	1.089,0	1.121,7	1.120,2	1.155,4	1.182,5	1.177,7	1.175,7	1.229,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	31.767,3	16.987,0	17.026,6	18.096,5	19.760,8	20.066,4	19.579,2	18.897,2	20.634,4	21.086,5	21.098,4	19.362,7	36.013,9
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	80.653,6	105.063,9	80.352,8	76.132,6	80.238,3	88.486,6	82.907,2	94.114,2	91.445,3	78.088,1	79.288,2	99.952,2	103.890,5
II.1 - Liberações Vinculadas	19.513,1	21.910,2	19.941,0	13.611,2	17.998,4	19.704,7	16.869,8	15.827,0	17.659,0	13.578,2	18.077,3	18.409,9	19.616,0
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	14.929,1	12.323,4	13.222,3	8.662,3	11.488,9	13.073,7	11.863,4	10.137,5	10.447,5	8.384,4	11.051,8	11.622,8	16.278,1
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.437,8	1.838,5	3.267,4	1.684,0	1.870,0	3.356,7	1.646,5	2.152,9	3.589,6	1.601,7	2.791,8	3.448,4	1.738,9
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	812,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.983,8	7.585,8	3.288,9	3.102,3	4.477,0	3.111,9	3.197,4	3.374,0	3.459,4	3.429,5	3.421,2	2.526,2	786,5
II.2 - Liberações Ordinárias	61.140,5	83.153,7	60.411,8	62.521,4	62.239,9	68.781,9	66.037,3	78.287,2	73.786,3	64.510,0	61.210,9	81.542,2	84.274,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.422,1	16.289,3	14.630,1	15.837,1	17.716,6	14.847,3	18.336,4	14.972,2	14.886,0	15.147,2	14.879,9	21.846,4	17.445,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.118,3	3.686,8	411,1	334,8	607,4	129,4	148,7	1.305,7	640,3	106,8	94,3	119,4	713,0
i) Dívida Contratual Interna	97,3	80,8	104,0	108,5	107,4	98,6	101,0	104,4	134,4	95,9	94,3	85,9	643,9
ii) Dívida Contratual Externa	2.021,1	3.605,9	307,1	226,3	500,0	30,8	47,7	1.201,3	505,9	10,9	0,0	33,5	69,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.320,0	18.018,3	5.707,8	5.159,3	790,6	8.907,4	3.110,0	18.401,6	6.131,3	2.021,4	2.264,1	8.163,4	3.205,5
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	17.106,2	27.014,3	21.277,7	20.726,3	24.265,3	21.408,7	21.190,7	21.673,8	27.880,7	25.859,5	20.975,6	28.542,9	25.779,8
II.2.5 - Custeio e Investimento	24.015,0	16.787,9	18.267,9	19.674,2	18.437,0	23.057,6	22.566,8	21.050,2	24.126,3	21.218,9	22.180,1	22.723,3	36.878,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	158,8	1.357,0	117,2	789,6	422,9	431,5	684,8	883,7	121,7	156,1	816,9	146,8	253,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	27.837,9	-44.134,1	4.822,0	-2.521,4	270,3	-886,8	-5.037,6	-11.735,0	913,3	-473,7	-495,1	-6.479,4	9.904,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	23.959,7	37.397,4	33.759,2	38.212,3	49.524,4	39.214,5	38.019,8	38.671,5	22.800,0	22.780,5	23.797,4	32.189,9	19.704,7
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	22.827,0	36.035,4	31.706,7	36.846,5	48.126,7	37.575,1	36.773,4	37.575,6	21.346,7	21.489,0	22.203,3	29.396,2	17.915,3
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.132,7	1.362,0	2.052,6	1.365,7	1.397,8	1.639,4	1.246,4	1.095,8	1.453,3	1.291,5	1.594,0	2.793,7	1.789,5
V. DESPESAS	14.036,8	96.762,3	1.091,4	26.283,3	22.785,6	37.333,0	16.631,9	103.978,9	734,4	7.080,7	26.569,9	18.609,2	18.733,8
V.1 - Amortização da Dívida Interna	13.076,2	93.841,6	874,0	25.551,0	22.085,6	35.819,0	16.222,9	101.822,9	322,4	7.051,4	26.569,6	15.593,2	18.544,5
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	12.874,6	93.671,7	652,4	25.311,3	21.850,1	35.582,9	15.985,1	101.578,6	72,3	6.810,8	26.312,0	15.353,1	18.151,3
V.1.2 - Dívida Contratual	201,5	170,0	221,6	239,7	235,4	236,2	237,8	244,3	250,1	240,6	257,6	240,1	393,2
V.2 - Amortização da Dívida Externa	960,6	2.920,6	217,4	732,3	700,0	1.514,0	409,0	2.155,9	412,0	29,3	0,3	3.016,0	189,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	9.952,4	-57.636,3	31.054,2	11.535,2	26.276,5	1.992,3	20.788,3	-64.003,0	21.274,4	14.678,2	-4.108,7	14.043,1	-236,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3	8.745,8	13.458,5	6.726,6	-256,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	41.662,1	-115.446,8	39.884,5	11.965,1	36.869,1	-3.392,2	9.686,0	-91.492,2	42.084,1	23.971,9	10.190,8	13.827,9	10.619,0

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revisados, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOIRO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Dez/2010	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2011
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.901,2	36.052,1	5.394,7	30.431,4	9.869,3	9.519,9	8.335,7	36.014,6	22.905,3	8.745,8	25.958,5	26.539,4	29.899,0
I.1. Emissão de Títulos	0,0	33.907,2	1.877,6	21.928,4	5.486,1	5.065,0	4.081,4	32.875,8	7.003,9	4.808,5	21.682,0	22.489,2	25.071,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.785,7	1.823,4	3.259,5	3.261,8	4.137,8	4.272,9	4.081,5	2.990,0	3.274,8	3.766,3	4.124,0	3.910,8	4.640,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	115,6	321,5	257,6	205,8	245,4	182,0	172,8	148,8	178,5	171,0	152,5	139,5	186,3
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	5.035,5	0,0	0,0	0,0	0,0	12.448,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	0,0	48.000,0	3.000,0	27.873,8	9,4	13.906,9	15.000,0	50.464,4	3.800,0	0,0	12.500,0	19.812,9	30.155,2
II.1. Resgate de Títulos	0,0	41.000,0	0,0	22.780,7	9,4	10.135,6	13.235,4	43.702,0	0,0	0,0	12.008,5	17.787,4	24.978,0
II.2. Encargos da DPMF	0,0	7.000,0	3.000,0	5.093,1	0,0	3.771,2	1.764,6	6.762,4	3.800,0	0,0	491,5	2.025,5	5.177,2
III. RESULTADO (I - II)	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3	8.745,8	13.458,5	6.726,6	-256,1

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/10	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/11
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	820.499,3	825.378,0	835.141,9	832.936,1	829.439,2	839.082,5	842.873,7	844.709,9	847.683,6	844.542,8	847.498,4	850.344,6	843.046,2
I.1. DÍVIDA INTERNA	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2	2.430.981,4	2.456.348,2	2.485.834,4	2.517.419,4
DPMFi em Poder do Público ¹	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8	1.752.613,4	1.783.060,6
DPMFi em Poder do Banco Central	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6	749.061,1	751.837,2
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6	-26.781,4	-26.610,6	-27.248,9
Demais Obrigações Internas	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9	11.049,2	10.770,6	9.770,5
I.2. HAVERES INTERNOS	1.477.427,1	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.956,8	1.539.912,6	1.586.438,6	1.608.849,8	1.635.489,8	1.674.373,2
Disponibilidades Internas	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	435.095,3	456.418,1	474.835,5	486.396,0
Haveres junto aos Governos Regionais	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5	485.813,6	486.817,7	486.571,4
Haveres da Administração Indireta	235.062,9	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.613,3	250.686,2	253.062,8	255.821,1	258.179,8	264.762,8
Haveres Administrados pela STN	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0	410.797,1	415.656,7	436.643,0
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	89.790,1	86.213,9	85.490,6	83.232,0	81.278,1	80.796,6	75.677,8	74.274,8	75.012,0	84.330,1	73.533,4	80.519,9	82.877,8
II.1. DÍVIDA EXTERNA	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3	73.937,1	80.925,2	83.292,6
Dívida Mobiliária	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8	68.201,2	63.500,0	69.383,6	71.722,5
Dívida Contratual	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1	11.541,6	11.570,1
II.2. HAVERES EXTERNOS	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	910.289,4	911.592,0	920.632,5	916.168,1	910.717,3	919.879,1	918.551,5	918.984,7	922.695,6	928.872,9	921.031,7	930.864,5	925.924,0
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	24,1%	23,9%	23,9%	23,6%	23,3%	23,3%	23,0%	22,8%	22,8%	22,8%	22,5%	22,6%	22,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/10	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/11
I. DÍVIDA INTERNA	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2	2.430.981,4	2.456.348,2	2.485.834,4	2.517.419,4
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8	1.752.613,4	1.783.060,6
LFT	521.705,3	533.037,4	543.976,5	535.040,2	544.186,9	553.808,7	544.947,7	552.534,0	560.437,3	560.610,9	565.160,1	564.728,6	548.664,1
LTN	354.731,4	291.543,3	309.295,4	328.884,9	341.510,3	368.353,2	416.106,3	333.917,2	347.775,0	365.593,4	357.675,9	380.993,8	402.376,0
NTN-B	374.055,8	382.880,3	391.345,7	406.550,3	421.960,9	391.740,4	412.326,0	427.018,9	432.793,1	441.275,3	451.146,4	443.606,0	453.528,8
NTN-C	64.667,5	63.733,6	64.842,9	60.952,9	60.986,4	61.758,6	62.134,3	60.547,1	61.341,7	61.667,8	61.632,2	62.143,9	62.443,1
NTN-F	253.623,2	236.141,8	241.409,6	245.163,8	250.571,2	254.944,2	260.188,2	252.759,2	256.328,2	260.177,6	263.372,6	266.926,7	280.253,1
Dívida Securitizada	9.096,3	8.980,7	8.947,8	8.986,9	9.030,8	9.673,8	9.063,4	9.032,8	10.086,4	8.982,5	9.009,8	8.989,6	9.718,6
Demais Títulos em Poder do Público	26.060,6	26.185,7	26.178,1	25.933,8	24.832,1	24.933,0	24.695,3	23.997,8	24.195,8	25.610,8	24.627,8	25.224,9	26.076,9
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6	749.061,1	751.837,2
LFT	271.074,1	273.410,9	275.717,6	251.002,7	253.110,7	255.610,5	243.081,5	245.433,4	248.068,6	250.404,0	252.611,6	254.784,4	226.960,1
LTN	112.340,9	108.573,3	111.369,3	129.846,7	136.429,7	142.864,2	144.251,8	127.842,7	133.125,4	139.435,9	128.285,5	134.447,9	148.876,8
Demais Títulos na Carteira do BCB	319.787,9	316.978,3	317.413,5	325.515,7	329.301,6	318.729,5	326.312,2	327.896,4	330.124,8	333.351,0	358.558,5	359.828,8	376.000,3
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6	-26.781,4	-26.610,6	-27.248,9
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9	11.049,2	10.770,6	9.770,5
II. DÍVIDA EXTERNA	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3	73.937,1	80.925,2	83.292,6
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8	68.201,2	63.500,0	69.383,6	71.722,5
Euro	6.633,9	4.734,7	4.636,8	4.569,6	4.638,9	4.108,1	4.044,2	3.966,1	4.077,2	4.236,1	4.038,2	4.198,4	4.214,5
Global US\$	50.354,6	49.672,3	49.295,9	47.582,0	46.040,1	45.960,0	45.670,7	45.023,9	45.225,7	52.148,0	47.547,1	53.153,9	55.362,7
Global BRL	12.247,1	11.491,8	11.597,2	11.703,5	11.810,9	11.919,3	12.028,7	11.490,2	11.595,6	11.701,9	11.809,3	11.917,7	12.027,1
Demais Títulos Externos	158,2	159,6	159,2	126,4	122,7	123,9	123,0	123,3	126,3	115,1	105,4	113,6	118,2
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1	11.541,6	11.570,1
Organismos Multilaterais	16.870,3	16.848,5	16.544,8	16.083,7	15.485,2	15.393,4	10.264,8	10.166,8	10.370,7	12.046,9	6.312,1	6.726,4	6.913,0
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.832,7	3.584,9	3.555,0	3.469,6	3.503,0	3.571,1	3.841,3	3.868,7	4.039,0	4.573,2	4.125,0	4.815,2	4.657,1
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	2.388.023,1	2.312.833,0	2.359.935,8	2.385.088,1	2.436.146,5	2.445.651,9	2.500.773,3	2.418.305,7	2.463.030,7	2.515.802,7	2.530.285,3	2.566.759,6	2.600.712,0
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	63,3%	60,7%	61,3%	61,5%	62,3%	61,9%	62,6%	60,1%	60,8%	61,7%	61,8%	62,4%	62,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/10	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/11
I. HAVERES INTERNOS	1.477.427,1	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.956,8	1.539.912,6	1.586.438,6	1.608.849,8	1.635.489,8	1.674.373,2
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	435.095,3	456.418,1	474.835,5	486.396,0
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5	485.813,6	486.817,7	486.571,4
Bônus Renegociados	5.247,9	5.287,3	5.228,4	5.094,2	4.721,1	4.724,4	4.668,2	4.645,0	4.728,2	5.505,0	4.971,7	5.402,3	5.542,3
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.178,2	2.150,1	2.120,3	2.094,6	2.066,1	2.039,1	2.011,4	1.985,1	1.960,0	1.934,4	1.907,5	1.880,6	1.854,4
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.676,5	11.689,5	11.772,2	11.852,8	11.892,4	11.918,8	11.886,8	11.853,4	11.819,9	11.858,1	11.912,7	11.925,7	11.942,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	33.877,3	33.479,1	32.990,4	32.729,4	32.348,1	31.880,7	31.483,5	31.042,8	30.521,4	30.140,7	29.738,8	29.360,7	26.983,0
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	350.111,0	351.411,2	354.864,9	358.275,8	360.930,9	362.304,4	362.302,6	362.265,1	361.507,8	363.607,3	366.234,8	367.684,0	369.357,5
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	55.764,3	56.043,5	56.733,1	57.379,4	58.057,3	58.234,4	58.349,1	58.606,2	58.483,9	58.939,8	59.490,8	58.951,1	59.271,6
Antecipação de Royalties	10.383,6	10.255,2	9.435,5	9.373,2	9.293,5	9.097,6	9.077,4	9.040,1	8.987,4	9.018,2	9.050,7	9.069,2	9.065,6
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.466,5	2.478,4	2.489,9	2.473,8	2.475,4	2.485,9	2.480,8	2.479,1	2.485,1	2.519,9	2.506,5	2.544,1	2.555,0
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	235.062,9	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.613,3	250.686,2	253.062,8	255.821,1	258.179,8	264.762,8
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	147.714,6	146.958,7	147.961,9	149.142,1	150.092,9	151.872,0	152.822,5	151.117,3	151.923,8	152.804,8	153.621,8	154.522,7	158.477,7
Fundos Constitucionais Regionais	57.973,3	58.617,7	59.413,1	59.921,7	60.553,8	61.251,9	61.940,0	62.625,5	63.296,6	63.830,1	64.716,0	65.350,5	66.099,1
Fundos Diversos	29.375,0	33.355,5	32.692,1	32.606,2	32.512,4	32.614,7	33.220,2	34.870,5	35.465,8	36.427,9	37.483,2	38.306,6	40.185,9
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0	410.797,1	415.656,7	436.643,0
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.630,6	5.635,7	5.641,6	5.647,3	5.653,0	5.659,3	5.666,9	5.672,1	5.677,4	5.699,0	5.705,4	5.710,6	5.712,3
Haveres de Operações Estruturadas	51.690,0	52.091,3	52.545,9	50.360,4	50.408,3	53.533,1	53.561,8	53.678,9	54.209,8	56.650,8	55.891,4	57.330,3	59.978,6
Haveres Originários de Privatizações	7.810,4	7.803,1	7.795,8	7.790,9	7.783,8	7.769,8	7.764,6	7.758,8	7.753,2	8.210,5	8.204,5	8.198,0	8.191,4
Haveres de Legislação Específica	273.006,8	273.280,4	273.720,7	278.318,5	277.901,8	278.975,1	309.377,8	310.062,1	311.535,9	317.162,6	314.604,1	317.943,9	336.235,0
Demais Haveres Administrados pela STN	27.306,8	27.239,0	26.849,7	26.627,3	26.358,6	26.301,8	26.166,8	26.294,1	26.392,0	27.034,0	26.391,6	26.474,0	26.525,8
II. HAVERES EXTERNOS	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.477.733,7	1.401.241,0	1.439.303,3	1.468.920,0	1.525.429,2	1.525.772,8	1.582.221,8	1.499.321,0	1.540.335,2	1.586.929,9	1.609.253,6	1.635.895,1	1.674.788,0
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	39,2%	36,8%	37,4%	37,9%	39,0%	38,6%	39,6%	37,3%	38,0%	38,9%	39,3%	39,7%	40,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 12 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

DEZEMBRO / 2011

Comentários

Em dezembro de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 49,4%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior, computando-se em dezembro o valor de R\$ 2.790.548,0 mil, correspondente à Emenda Constitucional 55/2007 (FPM 1%) , sem esse item o acréscimo foi de 16,1%.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 12.537.172,4 (mil), ante R\$ 8.391.416,7 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2010			2011			Variação Nominal		
	Novembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Novembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Dez/2011 Nov/2011	Dez/2011 Dez/2010	Jan-Dez/2011 Jan-Dez/2010
FPM	3.734.084,1	6.936.392,4	43.068.937,2	4.291.455,4	7.774.617,2	53.097.363,1	81,2%	12,1%	23,3%
FPE	3.568.124,7	4.497.444,3	39.024.096,6	4.099.961,3	4.762.555,1	48.070.192,5	16,2%	5,9%	23,2%
IPI-Exp	278.841,9	327.817,2	2.948.406,9	334.916,1	378.856,5	3.528.161,5	13,1%	15,6%	19,7%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No FPM de dezembro está incluída a parcela da EC 55/2007 (1%)

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM (sem a EC55/2007)		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
DEZEMBRO	+ 15%	16,2%	+ 15%	16,1%	+10%	13,1%

Estimativa Trimestral

FUNDOS	JAN/DEZ	FEV/JAN	MAR/FEV
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-12,5 %	+ 23 %	- 30 %
IPI - EXP	- 64 %	+ 143 %	- 21 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/11/2011 a 20/12/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
NOV/3º DEC	3.285.537	9.267.498	12.553.035	DEZ/1º DEC	2.159.122	2.259.546	262.843	4.681.511
				EC 55/2007		2.790.548		2.790.548
DEZ/1º DEC	858.193	6.795.108	7.653.301	DEZ/2º DEC	1.316.368	1.377.594	68.655	2.762.617
DEZ/2º DEC	591.976	6.890.961	7.482.938	DEZ/3º DEC	1.287.065	1.346.929	47.358	2.681.352
TOTAL	4.735.707	22.953.567	27.689.274	TOTAL	4.762.555	7.774.617	378.857	12.916.029

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	38.433,3	162.927,0	46,6
ALAGOAS	AL	184.808,3	198.127,1	592,8
AMAZONAS	AM	114.793,8	132.894,3	3.904,2
AMAPÁ	AP	27.521,5	162.498,4	426,6
BAHIA	BA	712.969,2	447.499,2	22.965,9
CEARÁ	CE	405.086,2	349.423,9	3.018,1
DISTRITO FEDERAL	DF	12.979,3	32.871,2	479,0
ESPÍRITO SANTO	ES	133.656,9	71.438,3	18.535,1
GOIÁS	GO	283.568,6	135.404,2	6.245,7
MARANHÃO	MA	323.221,3	343.770,8	3.859,5
MINAS GERAIS	MG	1.018.441,9	212.148,0	49.649,8
MATO GROSSO DO SUL	MS	118.267,3	63.437,2	4.781,0
MATO GROSSO	MT	141.826,2	109.915,0	5.479,1
PARÁ	PA	282.632,8	291.087,4	16.923,1
PARAÍBA	PB	250.982,5	228.074,0	583,8
PERNAMBUCO	PE	389.772,5	328.625,8	2.363,4
PIAUI	PI	205.846,8	205.809,1	123,1
PARANÁ	PR	524.199,8	137.314,0	31.230,3
RIO DE JANEIRO	RJ	228.030,4	72.757,6	67.226,0
RIO GRANDE DO NORTE	RN	195.703,3	198.974,8	497,9
RONDÔNIA	RO	68.308,8	134.094,5	652,5
RORAIMA	RR	23.887,5	118.144,7	32,7
RIO GRANDE DO SUL	RS	526.602,7	112.148,6	41.457,0
SANTA CATARINA	SC	302.654,8	60.951,2	21.673,6
SERGIPE	SE	112.930,3	197.898,5	127,6
SÃO PAULO	SP	1.037.160,7	47.625,6	75.771,3
TOCANTINS	TO	110.330,7	206.694,9	210,7
TOTAL		7.774.617,2	4.762.555,1	378.856,5

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 2011, foi publicada a Portaria STN nº 811, de 7 de dezembro de 2011, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2012, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br